

A Educação para o Desenvolvimento na Visão das ONGD Portuguesas

Education for Development in the Vision of Portuguese NGOs

Beatriz Sardinha Braga *
María Antónia Barreto

Centro de Estudos Internacionais, Portugal

Pretendendo analisar as conceções práticas e teóricas de três Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento portuguesas. Foi desenvolvida a presente investigação em torno da temática da Educação para o Desenvolvimento, enquadrada no Mestrado de Estudos de Desenvolvimento. Assim, como é possível observar nas várias dinâmicas mundiais, também a Educação para o Desenvolvimento tem sofrido mudanças profundas nas suas várias vertentes, em particular, em Portugal. Por essa razão é proposto tratar este tema, considerado uma problemática atual do vasto universo do Desenvolvimento. Através de um modelo de estudo qualitativo assente num estudo múltiplo de casos, conhecemos três casos distintos de práticas em Educação para o Desenvolvimento, nas ONGD portuguesas: Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC); Instituto Marquês de Valle-Flôr (IMVF); e Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (AIDGLOBAL). É apresentando uma visão empírica das abordagens conceptuais, as formas de atuação e a relação institucional destas com o Estado português. Desta forma, foi possível concluir sobre os novos desafios que esta temática enfrenta. A informação recolhida foi complementada pela análise documental, incluindo bibliografia, fontes e relatórios de avaliação das práticas das ONGD. Concluímos que a ED atravessa, na atualidade, uma fase de mudanças, onde se afirmam novos atores de Desenvolvimento e sobre os quais as ONGD não querem ficar atrás, encontrando todas as oportunidades para deixar uma marca significativa do seu trabalho junto do público.

Palavras Chave: Desenvolvimento; Educação; Educação para o desenvolvimento; Organizações não-governamentais; Organizações sem fins lucrativos.

Seeking to analyze the practical and theoretical conceptions of three Portuguese Nongovernmental Development Organizations, about the theme of Development Education. This research was developed as part of the Master of Development Studies. Thus, as it is possible to observe in the various world dynamics, also Education for Development has undergone profound changes in its various aspects, particularly in Portugal. For this reason, it is proposed to treat this theme, considered a problematic feature of the vast universe of Development. Through a qualitative research, there is a multiple case study, we identify three distinct cases of practices in Development Education, in the Portuguese NGDOS: Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC); Instituto Marquês de Valle-Flôr (IMVF); e Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (AIDGLOBAL). It is presented an empirical view of the conceptual approaches, ways of appraisal and the institutional relationship with the Portuguese State. As it so, it was possible to conclude on the new challenges that this issue faces. The information gathered was complemented by documentary analysis, including bibliography, sources and reports of evaluation of the practices of the NGDOS. We conclude that Development

*Contacto:
beatrizsardinhabraga@gmail.com

ISSN: 2254-3139
www.rinace.net/riejs/
revistas.uam.es/riejs

Recibido: 1 de febrero de 2019
1ª Evaluación: 6 de mayo de 2019
2ª Evaluación: 10 de mayo de 2019
Aceptado: 15 de mayo de 2019

Education is currently experiencing a phase of change, where new development actors are affirmed and on which the NGDOS do not want to stay behind, finding all the opportunities to leave a meaningful mark with the public.

Keywords: Development; Education; Development education; Nongovernmental organizations; Nonprofit organizations.

Introdução

O presente artigo pretende analisar as concepções práticas e teóricas de três Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento portuguesas, em torno da temática da Educação para a Cidadania Global. A investigação foi orientada pela seguinte pergunta: Como tem sido implementada a Educação para o Desenvolvimento (ECG) pelas ONGD portuguesas nos últimos três anos (2014-2017)?

Inseridos num contexto mundial cada vez mais interligado entre si, é possível observar novos desafios globais. Alguns deles revestem-se de novas complexidades que obrigam a uma reflexão profunda sobre as suas causas e possíveis soluções. Questões como Desenvolvimento, Educação, Direitos Humanos, Ambiente, Capacitação, Desigualdades Sociais, Discriminação, Dimensão de Género, Migrações, Paz, Globalização, Comércio Justo, Comunicação, Consumo Sustentável, Economia, Pobreza, Política, Recursos Naturais e Energia, Saúde, Segurança Alimentar e Objetivos do Desenvolvimento (ODS), são alguns dos desafios a que os países e organizações internacionais procuram, em conjunto, responder.

Realizámos um estudo qualitativo, assente num estudo múltiplo de casos, sobre práticas em Educação para a Cidadania Global de três ONGD portuguesas. Investigámos as abordagens conceptuais, as formas de atuação e a relação institucional das ONGD com o Estado português.

Desta forma, foi possível concluir sobre os novos desafios que esta temática enfrenta, encontrando-se numa fase de mudança, onde se afirmam novos atores do Desenvolvimento, tendo as ONGD um papel fundamental no seu trabalho de sensibilização, capacitação e formação de indivíduos na sua caminhada enquanto cidadãos do mundo.

1. Revisão de Literatura

1.1. A Evolução histórica da educação para o desenvolvimento-Teoria e prática

A Educação para o Desenvolvimento (ED) surgiu como meio de informação, partindo da necessidade de chamar à atenção dos países do Norte industrializado e democrático para as crescentes assimetrias e desigualdades que se faziam sentir no mundo. Este era um fator que se tornava cada vez mais evidente, apontando para o processo de globalização que se encontrava em curso desde a chegada dos povos europeus aos restantes continentes (com particular ênfase em África e na América). Ao longo dos anos, este fenómeno particular intensificou-se mais e mais, de uma forma que o mundo se tornou um lugar de interdependências, cujas consequências de um acontecimento local poderiam quebrar fronteiras políticas, económicas, ou sociais, tornando as construções mentais humanas tão efémeras como a sua própria existência.

Assim, a ED surgiu como meio de sensibilização das populações do Norte acerca dos 'problemas' dos povos do Sul. A realização destas campanhas tinha, muitas vezes, como

objetivo a angariação de fundos e recursos humanos para os projetos realizados pelas ONGD nos países do Sul, em particular, países em processo de transição democrática / recentemente descolonizados.

Para uma abordagem histórica mais sistemática, evidenciando a evolução das práticas de ED ao longo das últimas décadas, recorreremos à metáfora das “gerações” da ED, da autora Manuela Mesa (2011), apresentadas no artigo *“Evolución y Futuros Desafíos de la Educación para el Desarrollo”*. De acordo com a proposta de Mesa, é possível traçar uma breve linha cronológica da Educação para o Desenvolvimento, através das suas cinco gerações:

- Década de 1940/50. ED Caritativa e Assistencialista, promovida ao nível internacional numa perspectiva de recolha de fundos, para distribuição puramente assistencialista.
- Década de 1960. ED Desenvolvimentista, consistiu na “Década do Desenvolvimento”, pela ONU. Esta segunda geração corresponde à década em que a ED começa a ser vista como temática individual.
- Década de 1970. ED Crítica e Solidária, caracterizada pela mudança do paradigma mundial. É um período de reconhecimento institucional pela UNESCO, em 1974, privilegiando a capacidade de criar pensamento crítico.
- Década de 1980. ED para o Desenvolvimento Humano e Sustentável, surgimento da relação com o Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Humano, resultando num aumento dos temas em agenda, bem como potenciando um maior entendimento acerca das interdependências globais.
- Década de 1990/2000. ED para a Cidadania Global, caracterizada pela intensificação do processo de globalização, conduzindo a uma maior preocupação com a compreensão crítica destes fenómenos.

Assim, é possível concluir que, na fase de ‘descolagem’ do discurso e práticas do desenvolvimento, a ED não era uma prioridade, nem muito menos existia como conceito. Sendo que surge nos países do Norte, a preocupação inicial destes era a angariação de fundos para ‘ajudar’ ao desenvolvimento dos povos ‘menos favorecidos’. Com o passar dos anos, foi-se verificando que os problemas do Desenvolvimento eram muito mais profundos e que as políticas seguidas nas primeiras décadas do século XX contribuíram para o aprofundamento das desigualdades verificadas, entre a maioria dos países do Norte em contraste com os do Sul. Com particular ênfase na quinta geração da ED, esta torna-se uma ferramenta essencial, não só na linha da Cooperação para o Desenvolvimento, mas no papel que o Norte exerce nas dinâmicas do Sul. Ações de sensibilização para questões como o comércio justo (condições dos trabalhadores), consciencialização das implicações de certos conflitos armados, crises de fome, e muitas outras situações são exemplos dos objetivos a que a ED pretende responder na atualidade.

1.2. Novos conceitos emergentes e a educação para o desenvolvimento

Nos últimos anos, a par das mudanças que ocorreram na transição do século em todos os setores, também as organizações que trabalham o âmbito da ED as acompanharam tanto na forma de atuar (prática) como na forma de comunicar (teórica). Tanto as organizações de grande dimensão, a nível internacional e nacional, querem organizações com uma expressão menor têm vindo a debruçar-se sobre novos conceitos quando se referem à Educação para o Desenvolvimento. De acordo com estas, o conceito de ED estava revestido

de um caráter fechado e tecnocrático, tornando-se insuficiente na passagem da mensagem e missão quando era abordado fora dos contextos institucionais e do terceiro setor.

Por essa razão, foram debatidas novas narrativas e formulações conceituais que tivessem a capacidade de abranger os novos desafios trazidos pelo século XXI, bem como as crescentes complexidades mundiais, e também passar essa percepção à população, no seu quotidiano, através de um nome. Conceitos como Educação para a Cidadania Global ou Educação Global surgem no panorama internacional e vão criando simpatias dentro das organizações de todas as dimensões.

Vamos confrontar estes novos conceitos com o de ED. Serão sinónimos? O que é que os torna idênticos? O que é que os diferencia?

1.2.1. Educação para a cidadania global (ECG)

A ECG inspira ações, parcerias, diálogos e cooperações por meio de educação formal e não formal. Ela aplica uma abordagem multifacetada, que utiliza conceitos, metodologias e teorias de áreas correlatas, incluindo educação para direitos humanos, educação para a paz, educação para o desenvolvimento sustentável e educação para o entendimento internacional. Além disso, a ECG promove um caráter de curiosidade, solidariedade e responsabilidade compartilhada. Também existe uma superposição de objetivos, abordagens e resultados de aprendizagem que se reforçam mutuamente entre esses e outros programas educacionais, como educação intercultural e educação para a saúde. (UNESCO, 2015)

De acordo com a publicação da UNESCO “Educação para a Cidadania Global - preparando alunos para os desafios do século XXI” (2015), a abordagem ao conceito está focada nas crianças em geral, e nas crianças em idade escolar, em particular. Ao longo do documento é possível inferir como as competências que a ECG pretende passar se focam nos alunos e na composição dos currículos escolares que lhes são transmitidos. Se nos abstrairmos deste último aspeto, vamos ver como os objetivos a que a ECG pretende responder vão ao encontro dos objetivos da ED, sendo possível encontrar pontos de contacto entre a ECG e a forma como as organizações em Portugal têm vindo a abordar a ED. É possível observar alguns exemplos da utilização deste conceito em Portugal, quando ao ser realizado um Fórum de ED na Assembleia da República (2014), este teve como tema “A importância do exercício da cidadania global” (Diário da República, 2018).

De acordo com o documento da UNESCO (2015), podemos encontrar na ECG uma multiplicidade de perspetivas, quer pelas relações entre os países (interdependências / interconectividade), quer pelas preocupações com a formação do indivíduo enquanto ser global, tendo essa formação consequências na sua maneira de “entender, agir e relacionar-se” (UNESCO, 2015) tanto com os outros como com o meio ambiente. Nunca confundindo ‘cidadania global’ com uma mera situação legal, a ECG é apontada como uma abordagem holística de ‘olhar’ para o mundo; compreender que “a vida de cada indivíduo tem implicações em decisões quotidianas que conectam o global com o local, e vice-versa” (UNESCO, 2015, p.14).

1.2.2. Educação global (EG)

Global Education is education that opens people’s eyes and minds to the realities of the world, and awakens them to bring about a world of greater justice, equity and human rights for all. Global Education is understood to encompass Development Education, Human Rights Education, Education for Sustainability, Education for Peace and Conflict Prevention and Intercultural Education; being the global dimensions of Education for Citizenship. (Declaração de Maastricht, 2002)

O conceito de Educação Global tem o seu enfoque na questão da Globalização. Mais do que um termo, este é considerado um fenómeno, “um processo de grande densidade, rapidez e alcance de conexões transnacionais” (Eriksen, 2010, p. 2). Sendo um fenómeno que desde há muitos séculos se tem vindo a desenvolver, aumentou a sua área de alcance na década de 1990, consequência dos avanços científicos e tecnológicos que conduziram a melhores meios de comunicação e informação, reduzindo o tempo da transmissão de informação entre países e continentes, eliminando a barreira da distância, e contribuindo para uma diferente perceção do tempo. Uma vez que os meios de comunicação se intensificaram, o acesso à informação tornou-se universal, de forma que se tornou um imperativo dos Estados e grandes empresas gerir essa informação. Perante os elevados custos associados ao acesso e utilização destas tecnologias, passou a existir uma relação desigual entre quem tem ou não domínio sobre estes, conferindo a alguns o monopólio das indústrias culturais. O domínio vai ser exercido sobre aqueles que não têm os meios para aceder à informação, bem como a quem não foi preparado (através de uma educação adequada) para hierarquizar, interpretar e criticar as informações recebidas (Dellors, 1996). É por esta razão que o tema da Educação é tão importante neste contexto.

É possível observar a dimensão da Educação Global em documentos estratégicos portugueses, como por exemplo na ENED (2010-2015). Neste documento são referidas as desigualdades e assimetrias entre Norte e Sul, apontando para a dimensão do Desenvolvimento e é salientada a importância que as dinâmicas globais assumem “desde os fluxos migratórios até à globalização dos mercados” (ENED, 2009, p. 3).

Esta questão existe em muitas realidades nacionais distintas como comprovou o relatório europeu “DE Watch” (Krause, 2010). Considerando as diferentes práticas de ED nos Estados Membro foram criadas três diferentes tipologias daquilo que se considerou ser atividades de ED. São estas: sensibilização, educação global e competências (Krause, 2010, p.7). Relativo ao exemplo português, a forma como a ED é praticada, insere-se no tipo “Educação Global”, mas com elementos do tipo “Competências” (Krause 2010, p. 64), tal como o conceito é apresentado na ENED. Temos, então, um forte elo de ligação entre EG e ED.

1.2.3. Educação para o desenvolvimento (ED)

Numa tentativa de explicar o que significa a Educação para o Desenvolvimento o relatório europeu “DE Watch”, refere a ED como “atividades de comunicação, informação e educação de tipos muito diferentes, com diferentes objetivos e com níveis diferentes de profundidade (Krause, 2010, p. 6). É no termo “Educação” que reside a ideia de este ser, acima de tudo, um processo inacabado, abrangente e em constante evolução.

Partindo de uma correlação entre as relações Norte/Sul global (uma vez que a ED tem sempre em conta os discursos e as propostas que são feitas sobre e pelo o Sul), é proposto criar no indivíduo a capacidade de pensar criticamente nos problemas, de saber resolvê-los. Então, a ED também consiste num processo individual e social, que leva a compreender o mundo; dinâmico e contínuo; que procura facilitar a aquisição de conhecimento e a sua compreensão de forma a incentivar a existência de um pensamento crítico. Em suma, é a produção de ação para a mudança.

Na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento ENED são consideradas três dimensões a que a ED se propõe a responder:

A ED sensibiliza - vertente ética, fazendo “crescer a vontade de mudar o que é injusto”;

A ED consciencializa, forma e mobiliza, vertente pedagógica, em que o indivíduo toma a consciência de si próprio, das suas capacidades, dos seus limites, criando novos critérios sustentados por princípios de justiça, equidade, solidariedade e inclusão, presentes no pensamento e ação (processo de aprendizagem);

A ED influencia políticas, vertente política, em particular as políticas públicas, procurando a interação com os decisores políticos, de forma a tornar possível a transformação social e a capacidade crítica. (ENED, 2009, p. 21)

Estas três dimensões concedem à ED não só uma imensa abrangência como também a tornam complexa. Esta, procurando a capacitação do indivíduo, surge numa variedade de contextos, partilha objetivos com outras “educações para...” (ENED, 2009, p. 21), e ao mesmo tempo tem os seus objetivos específicos (ENED, 2009, p. 25), resultando de um reconhecimento institucional cada vez mais abrangente, e tornando-se cada vez mais evidente na esfera política, procurando extravasar-se para a social.

1.3. A educação para o desenvolvimento no contexto português

A Educação para o Desenvolvimento em Portugal pode ser reconhecida no contexto da guerra colonial e do regime político de ditadura (1933-1974), em particular após o início da guerra, em 1961. Considera-se que as primeiras formas foram as ações clandestinas de informação e sensibilização acerca da guerra que estava a ter lugar nos territórios ultramarinos que ainda se encontravam sob alçada do governo português. Estas ações eram levadas a cabo por grupos de jovens estudantes e alguns grupos com ligação à igreja católica, tendo em comum defenderem a causa anticolonial. Assim, a ED começou a desenvolver-se na sua fase ‘Crítica e Solidária’, tendo como enfoque principal a problemática do Desenvolvimento, aliado à Educação.

Após 1974, com o fim do período ditatorial e a independência dos países que se encontravam em guerra com Portugal, segue-se um período de informação e formação da população. As organizações legalizam-se, agindo em prol da sociedade. As ações procuravam acompanhar a sociedade durante as novas formulações políticas, económicas e sociais que ganhavam terreno nos novos países independentes, em particular os países do continente africano, sendo mantidos os vínculos Norte/Sul.

As duas décadas seguintes (1980/90) não foram muito expressivas em termos de atividades no âmbito da ED. Contudo, importa realçar, uma vez mais, a criação da Plataforma das ONGD, em 1985, constituindo um meio de financiamento de projetos de Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento, apesar das limitações impostas. A década de 90 ficou marcada pela troca de experiências das ONGD portuguesas com as ONGD europeias (através da participação na CLONG), principalmente na sua segunda metade. Embora não tenham existido ações concretas, foi esta troca de conhecimentos que veio influenciar a forma como a ED iria se praticada nos anos posteriores. Realça-se ainda a entrada da Plataforma das ONGD para o CONCORD, Confederação Europeia de ONG de Ajuda Humanitária e Desenvolvimento, constituída por 18 plataformas nacionais e dez redes europeias, em 1996. Até esta data as ONGD agiam de forma muito limitada devido à falta de reconhecimento por parte do Estado, e, consequentemente, ao fraco apoio financeiro que impedia a realização de ações tanto a nível nacional como internacional (falta de cofinanciamento para a candidatura a projetos europeus).

Contudo, a partir de 2002, com a experiência adquirida até então, foi possível registar novas ações que se traduziram na II Escola Nacional de ED (dezembro de 2002) e, como

fruto desta, a criação do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento (GTED) pelas organizações inseridas na Plataforma, trabalhando em conjunto tanto na vertente teórica (definição coletiva de ED) como prática.

Em 2004, o governo português passa a ter participação oficial no GENE-Global Education Network Europe, com a adesão do ICP (Instituto de Cooperação Portuguesa-actual Camões-IP), significando algum reconhecimento público da importância deste tema, ainda que modesto, mas essencial para entender a abordagem europeia à ED, e de que forma se podia implementar a nível nacional. Talvez devido a esta participação, no ano de 2005, as ONGD portuguesas puderam contar com uma linha de cofinanciamento para projetos de ED realizados por estas bem como um reconhecimento mais demarcado, presente no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” (2005), sendo a ED reconhecida como uma prioridade na política nacional de Cooperação para o Desenvolvimento.

Para além do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), também se observaram avanços na tutela do Ministério da Educação. No ano de 2006 foi lançado um Fórum de Educação para a Cidadania, numa tentativa de inserir as temáticas da ED no sistema formal de ensino.

O ponto alto da ED em Portugal foi o reconhecimento público que esta teve com a elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (Diário da República, 2009), publicada pelo despacho nº25931.

Estratégia nacional de educação para o desenvolvimento (ENED)

A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento é um documento político, elaborado por uma diversidade de entidades públicas e da sociedade civil. Dentro do âmbito do MNE, em particular da Cooperação Portuguesa (na altura, Instituto Português da Ajuda ao Desenvolvimento), e também do Ministério da Educação, pela Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, também se puderam contar entidades públicas como: a Agência Portuguesa do Ambiente; o Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (atualmente Alto Comissariado para as Migrações); a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; a Comissão Nacional da UNESCO; o Conselho Nacional de Educação e o Instituto Português da Juventude (atualmente Instituto Português do Desporto e Juventude). As Organizações da Sociedade Civil que fizeram parte deste processo foram: a Plataforma Portuguesa das ONGD; o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (na qualidade de membro do GENE); a Associação de Professores para a Educação Intercultural; Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; Comissão Nacional Justiça e Paz; Conselho Nacional da Juventude; Fundação Calouste Gulbenkian. Tanto as instituições públicas como as OSC foram divididas em dois grupos de trabalho. O primeiro consistia num grupo estratégico, responsável pela liderança do processo, isto era, guiar o processo em si e assegurar que as atividades eram feitas de acordo com a calendarização; o segundo grupo consistia num grupo de aconselhamento, que contribuiu tanto na definição do conceito como na elaboração da estratégia no seu todo.

A elaboração da ENED desenvolveu-se em quatro fases: a) fase preparatória - identificação das entidades relevantes para a ED e criação dos Grupos 1 e 2; b) fase da definição da estratégia –contou com o trabalho de ambos os grupos a nível individual e em grupo e também da contribuição do GENE (2014), bem como se realizou a Oficina da Definição

Conceptual, onde se registaram quais as definições que “norteiam” a ED no documento final; c) fase de consulta pública– esta consulta foi feita pelas entidades relevantes em matéria de ED e foi levada a discussão no Fórum de Cooperação; d) fase de aprovação da estratégia e elaboração Plano de Ação.

Este documento foi aprovado em 2019, através do Despacho nº25931/2009, sendo considerado um documento relevante para a política nacional, indo “ao encontro das responsabilidades internacionais assumidas por Portugal em matéria de educação para o desenvolvimento, em particular no quadro da União Europeia” (Despacho nº25931/2009), no contexto do MNE, por um lado; por outro lado, a ENED também ganha relevância no âmbito do ME, uma vez que foi considerado fundamental “que sejam desenvolvidos conteúdos da educação para o desenvolvimento, em articulação com a educação para a cidadania, nos *currícula* escolares em vigor, abrangendo todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, incluindo os cursos profissionais e as ofertas de educação de adultos” (Despacho nº25931/2009).

Tal como se verificou, ficou definido que iria ser criada uma Comissão de Acompanhamento composta por membros do IPAD, CIDAC e Plataforma Portuguesa das ONGD, responsável pela elaboração do Plano de Ação (IPAD, 2009), tendo sido assinado o protocolo de colaboração da ENED e subscrição do Plano de Ação no ano seguinte, pelas entidades públicas e privadas. Este “procedimento inovador e de grande relevância” (Costa and Caramelo, 2017, p. 20), foi elaborado “no contexto do mundo globalizado e da definição de cidadania” (ENED, 2009, p. 3).

O documento, propriamente dito, é composto por: um objetivo geral: “promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a acção orientada para a transformação social” (ENED, 2009, p. 36). E quatro objetivos específicos: “1) promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto actores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional; 2) promover a consolidação da ED no sector da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas; 3) promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa; 4) promover actividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre actores” (ENED, 2009, p. 36).

Para cada objetivo foi elaborado um conjunto de medidas, sendo estas divididas por tópicos (de acordo com os objetivos). São estes: i) Capacitação e diálogo e cooperação institucional, sete medidas desdobradas em capacitação (quatro medidas) e diálogo e cooperação (3 medidas); ii) Educação Formal, seis medidas; iii) Educação Não-Formal, cinco medidas; Sensibilização e influência política, oito medidas desdobradas em sensibilização (quatro medidas) e influência política (quatro medidas). Em cada tópico, para além das medidas apresentadas, também está incluída a justificação do objetivo a que se refere e das medidas que o decompõem, como também inclui o tipo de público a quem se devem dirigir e os promotores das respetivas medidas (tendo em conta a atividade que exercem).

A forma como seria feito o acompanhamento e avaliação da aplicação da ENED também consta no documento, através de uma comissão de acompanhamento (fruto deste processo), estando previstas alterações ao Plano de Ação através das aprendizagens,

retiradas ao longo do processo. É também indicada a concretização futura de uma avaliação externa, uma avaliação a meio do percurso (2013), e uma avaliação final.

Este não é um documento com fim em si mesmo, sendo possível observar a intenção de continuidade, quando é mencionada a oportunidade de novas aprendizagens a serem aplicadas em Estratégias futuras. Este é um aspeto importante uma vez que, atualmente, o período proposto para a vigência da ENED (2010-2015) expirou, incluindo um ano de prorrogação (Despacho 9815/2015). Também as avaliações, quer internas quer externas, foram realizadas, bem como publicados os respetivos relatórios. O processo de elaboração de uma nova ENED também já teve lugar.

Presentemente encontramos-nos no período de vigência da ENED (2018-2022), aprovada em Conselho de Ministros a 16 de julho de 2018.

2. Método

Foco metodológico

Fizemos um estudo comparativo, baseado na recolha de dados qualitativos, através da análise de três estudos de caso. Analisámos como três ONGD portuguesas implementam a ED, em Portugal. A investigação foi orientada pela seguinte pergunta de partida: Como tem sido implementada a Educação para o Desenvolvimento pelas ONGD portuguesas nos últimos três anos (2014-2017)?

Definimos os seguintes objetivos de estudo:

- Compreender o debate conceptual que envolve o conceito de ED e as novas formulações.
- Analisar a perceção das ONGD sobre ED.
- Relacionar as várias perceções das ONGD sobre ED e encontrar os pontos em comum e os pontos divergentes.
- Avaliar a forma como estas perceções são postas em prática pelas ONGD.

Categorias de análise

De forma a proceder a um tratamento qualitativo dos dados recolhidos, foram criadas categorias e subcategorias de análise, posteriormente colocadas numa grelha de análise horizontal, permitindo a comparação dos dados recolhidos em cada organização.

Participantes

Para a realização do estudo, determinamos como “campo de análise” o universo das ONGD em Portugal. Tendo em conta o período de tempo dispensado, a zona geográfica possível de cobrir, e os atores considerados mais relevantes em matéria de ED, definimos alguns limites que facilitassem a recolha das informações pretendidas. As três ONGD que constituem os estudos de caso a serem apresentados, foram intencionalmente selecionadas, atendendo ao trabalho que têm vindo a realizar no campo da ED, bem como as suas características particulares.

A primeira organização escolhida foi o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC, 2005), devido ao seu percurso histórico, tendo sido determinante no panorama geral das ONGD portuguesas, como também nos contributos dados para o

desenvolvimento da ED, em Portugal. Esta ONGD é uma referência a nível nacional, estando integrada em organizações nacionais e internacionais (colaborações institucionais), que abordam a ED como tema principal.

A segunda organização foi o Instituto Marquês de Vale-Flôr (IMVF) que, apesar de existir há mais tempo que a primeira, na forma de fundação, só foi considerada ONGD na década de 1980. Todavia, só no fim da década de 1990 introduziu nos seus objetivos a temática da ED, com maior incidência da Educação Formal. O trabalho desenvolvido é bastante significativo, a nível nacional e internacional, inclusive com participação em projetos europeus de grande relevância.

A terceira organização selecionada foi a Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (AIDGLOBAL). O seu estatuto de ONGD foi reconhecido em 2006. A sua intervenção está inserida no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento e na área de ED. O fator determinante para a seleção desta ONGD encontra-se na riqueza de material pedagógico que esta produz.

Instrumentos de obtenção de informação

A primeira fase de recolha de dados consistiu na seleção de dados pré-existentes. Estes são de natureza variada, sendo a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015) o documento orientador das leituras realizadas. Além do material bibliográfico de base retirámos informação de relatórios dos projetos realizados e avaliados e dos recursos pedagógicos produzidos. Recorremos também à entrevista semiestruturada para a obtenção de dados. A elaboração do guião previamente testado foi feita com base em descritores criados a partir do enquadramento teórico. A entrevista semiestruturada proporcionou a flexibilidade de se ir alterando a ordem e o número de questões da entrevista.

Trabalho de campo

As entrevistas foram presenciais e por Skype. A primeira ONGD entrevistada foi o CIDAC (2006), contando com a participação de duas pessoas, responsáveis pelo departamento de ED, dentro da organização, e uma terceira participante, que enriqueceu a entrevista com aspetos mais técnicos sobre o funcionamento desta. A entrevista feita ao IMVF, foi, à semelhança da primeira, presencial, com deslocação à sede da organização. A entrevista foi feita a uma única pessoa, sendo esta responsável pelo desenho e concretização dos projetos de Educação para a Cidadania Global, com trabalho efetuado nesta área há mais de 15 anos. A terceira entrevista realizada, foi à AIDGLOBAL, em particular à responsável pelo Gabinete de Projetos de Cidadania Global, de onde partem os projetos e atividades realizados no âmbito da ED. Ao contrário das duas primeiras, esta entrevista foi realizada via Skype, devido à distância a que se encontrava a pessoa entrevistada. As três entrevistas com cerca de 45 minutos a 60 minutos foram posteriormente transcritas e analisadas com recurso a grelhas de análise.

Análise de dados

Após a realização das entrevistas e posterior transcrição das mesmas, elaboramos as grelhas de análise de conteúdo na forma vertical e na forma horizontal. Estas são um instrumento de análise sistemática, onde foi colocada a informação recolhida. Em primeiro lugar foram elaboradas três grelhas de análise de conteúdo vertical, a partir de categorias e subcategorias criadas, de forma a poder visualizar as entrevistas na totalidade,

recolhendo frases-chave simples e precisas, a partir da transcrição, que correspondessem às dimensões analisadas. Posteriormente, foi elaborada uma nova grelha complementar, de análise de conteúdo horizontal. Esta revelou-se bastante útil, pois permitiu fazer a comparação das várias dimensões em causa, no âmbito de cada categoria e subcategoria de análise. Na grelha de análise de conteúdo incluímos uma coluna de observações, onde foi possível fazer comentários pessoais por cada dimensão / categoria de análise, tendo em conta as respostas recolhidas.

Considerando os dados recolhidos, bem como as categorias, subcategorias e unidades de registo, procedemos à agregação dos dados, emergindo quatro diferentes tipologias, como se pode observar no capítulo seguinte.

3. Resultados

Com as informações recolhidas e posterior agrupamento de dados, identificamos quatro temas para análise, apresentação e discussão dos dados. Os quatro temas são: Conceptualização de ED nas ONGD; Aplicação da ED numa “Lógica de Projeto”; Evolução das práticas de ED nos últimos anos (2014-2017), e Relação das ONGD com a ENED.

3.1. A conceptualização de ED nas ONGD

Quadro 1. A Conceptualização de ED nas ONGD

ONGD 1. CIDAC	ONGD 2. IMVF	ONGD 3. AIDGLOBAL
Educação para o Desenvolvimento Raízes históricas “Relação entre povos” Reconhece pontos em comum com novos conceitos	Educação para a Cidadania Global ED “confusão” No entanto existe a: Necessidade de adequação dependente dos parceiros; ED para as entidades financiadoras	Educação para a Cidadania Global “linguagem mais próxima das pessoas”

Fonte: Elaboração própria.

A ONGD 1 utiliza preferencialmente os termos Educação para o Desenvolvimento devido às raízes históricas destes, manifestando uma ligação pessoal; contudo a ONGD reconhece pontos em comum com os novos conceitos, assumindo que todos caminham para um mesmo sentido.

A ONGD 2 utiliza abertamente o conceito de Educação para a Cidadania Global, pois afirma que quando pensa em ED surge a palavra “confusão”; todavia, existe a necessidade de adequação dos termos aos vários âmbitos de trabalho e aos parceiros das suas atividades. Na abordagem às entidades financeiras utilizam os termos Educação para o Desenvolvimento.

A ONGD 3 utiliza ambos os termos. Reconhece, tal como a 1ª ONGD as raízes históricas associadas ao conceito, mas considera os termos Educação para a Cidadania Global “mais próximos das pessoas”, utilizando-os em ações de divulgação, como por exemplo no site respetivo.

Nas três ONGD é feita a relação entre Educação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global.

3.2. A aplicação da ED numa “Lógica de projeto”

O segundo tema diz respeito à aplicação da ED numa “lógica de projeto”, isto é, a ED implementada pela execução de projetos financiados por entidades externas. Para entender o seu funcionamento selecionamos os seguintes domínios:

i) Financiamentos-estes são maioritariamente obtidos através do Governo português (Camões IP) e da União Europeia. O CIDAC e a AIDGLOBAL apresentam outros financiadores como por exemplo empresas privadas, rendimento próprio ou atividades de angariação de fundos, o que não se observa no IMVF, por ser fundação.

ii) Público-alvo, na maioria dos projetos são as escolas (de 3º ciclo e secundário) com ações junto dos alunos e dos professores. Importa referir que o IMVF e AIDGLOBAL têm vindo a atuar junto de novos públicos como os estudantes universitários e comunidades migrantes.

O CIDAC afasta a questão das parcerias desta lógica, assumindo como parceiras as organizações ou entidades com quem efetua ou efetuou trabalho em conjunto a longo prazo, isto é, de forma contínua. Já o IMVF e a AIDGLOBAL afirmam que só faz sentido trabalharem em parceria, e por isso, considera como parceiros quaisquer entidades e organizações com quem comunicam, incluindo os financiadores.

iii) Localização-os projetos realizados acontecem maioritariamente no distrito de Lisboa, sendo isso observável nas três organizações. Contudo, há uma tendência para a descentralização, já sendo possível observar algumas ações a tomarem lugar no Alentejo ou Madeira, por exemplo.

iv) Divulgação-esta é feita com recurso a ferramentas institucionais e através das redes sociais, importando salientar que, de acordo com a AIDGLOBAL estas estratégias são pensadas de acordo com o formato do projeto a quem se dirige.

v) Área de intervenção, nenhuma das organizações tem uma área privilegiada de intervenção, apontando para a transversalidade dos projetos nas suas várias vertentes. Contudo, as ONGD não deixam de referir a Educação Formal como área de maior atuação, considerando a Educação Não Formal como metodologia de trabalho.

3.3. A evolução das práticas de ED nos últimos anos (2014-2017)

A evolução das práticas de ED foi marcada por mudanças consideradas positivas e negativas.

A atribuição de financiamentos é considerada como limitadora da ação e trabalho contínuo da organização. Por parte do Estado português a linha de financiamento para a ED é reduzida, o que provoca uma inadequação face aos financiamentos obtidos por parte da UE. Estes não estão adaptados à realidade portuguesa, devido ao seu volume, muitas vezes obrigando a organização a focar-se em questões de gestão de orçamentos. Para além disso, também se observa alguma dependência face aos financiamentos do Estado, de carácter centralizado, tal como foi referido na contextualização das ONGD portuguesas, não dando azo para que estas assumam papéis relevantes que contribuam para a construção de uma sociedade civil forte. Temos também como ponto menos positivo a dimensão das parcerias, em particular em projetos de financiamento europeu e sendo este de grandes somas monetárias, também se vai refletir num número muito grande de organizações parceiras

onde, mais uma vez, o foco se dirige para a gestão da parceria e não para os objetivos concretos do projeto em questão.

As organizações assumem que os projetos de menor dimensão, ainda que menos abrangentes, provocam ações e transformações genuínas em pequenas comunidades locais.

Neste percurso evolutivo as ONGD consideram que existem aspetos claramente positivos:

- Aquisição de novas aprendizagens-estas decorrem das parcerias que proporcionam o contacto com novas formas de trabalhar, ao enquadramento de novas teorias, à introdução de novos conceitos nas dinâmicas de ED (ECG e EG).
- Existência da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, pelo reconhecimento crescente que foi obtido a partir da sua elaboração. O sentimento geral é de organizações motivadas, quer por estarem inseridas no panorama internacional, quer pelo reconhecimento nacional que tem envolvido a ED nos últimos anos, em especial após a elaboração da Estratégia.

3.4. Relação das ONGD com a estratégia nacional de educação para o desenvolvimento

É vista como o resultado do trabalho realizado ao longo das décadas, considerado atualmente, pelas organizações, um instrumento de trabalho e um documento de referência, conferindo reconhecimento e pertinência, por exemplo, às candidaturas a projetos, quer nacionais quer internacionais.

5. Conclusões

Os resultados obtidos levam-nos a olhar para a ED, em Portugal, com uma esperança renovada. Os progressos são evidentes, a motivação é visível em todas as organizações, que vêm os seus contributos pessoais reconhecidos.

O estudo empírico mostra que existe interesse em encontrar um conceito comum às ONGD, que facilite a forma destas comunicarem com o público com clareza. Essa complexidade, encontra-se espelhada na intenção de substituir Educação para o Desenvolvimento por Educação para a Cidadania Global, devido ao seu maior grau de abrangência e mais rápida compreensão por parte do público, em geral; contudo vem-se mantendo Educação para o Desenvolvimento devido ao percurso histórico deste conceito. As ONGD se encontram numa ‘encruzilhada’ de conceitos. Cada ONGD vai utilizar aquele que considera mais adequado, o que aponta para a transversalidade de todos eles, levando ao debate complexo que decorre atualmente.

A “lógica de projeto”, abrangendo uma variedade de indicadores, mostra-nos os aspetos práticos a ter em conta quando se trabalha em projetos de ED. Esta lógica não é uma prática recente pois desde o surgimento das ONGD, que o trabalho de terreno tem seguido essa metodologia. O CIDAC considera negativa essa “dependência metodológica”; as outras duas, IMVF e AIDGLOBAL, consideram-na uma oportunidade, que ajuda a criar as mudanças pretendidas.

Existe uma atitude otimista nas ONGD que se reflete na forma como estas encaram a evolução das práticas de ED no período de (2014–2017). O sentimento geral é de organizações motivadas, quer por estarem inseridas no panorama internacional, quer pelo reconhecimento nacional, fruto do interesse pela ED nos últimos anos, em especial após a

implementação da ENED, considerada como um processo único, de reconhecimento a nível institucional, dando relevância à temática da ED na vida política portuguesa, em particular no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Ministério da Educação e da Ciência.

Apesar de muito do trabalho realizado estar dependente de financiamentos, as ONGD continuam a trabalhar com recursos endógenos e através de métodos participativos. Também o aumento de financiamentos nesta área, por parte da UE, pode ser um indicador do contínuo reconhecimento das ONGD como organizações preferenciais para tratar das questões do desenvolvimento. As ONGD estudadas concordam que as alterações que se têm registado na atribuição de financiamentos estão a comprometer a sua atuação, em particular na obtenção de recursos quer financeiros quer humanos.

A investigação aqui apresentada deixa algumas questões acerca do futuro da ED:

- ¿Haverá uma mudança de conceitos num futuro próximo?
- ¿Continuará a ED a manter a sua visão Norte-Sul, fazendo a ponte entre as interdependências globais?
- ¿Poderão os conceitos de ECG e EG serem mais facilmente entendidos pela população, provocando um maior reconhecimento social da temática?
- ¿A existência dos financiamentos europeus e respetivos ‘megaprojetos’ contribui de forma negativa ou positiva para a construção interna das ONGD portuguesas?

Todas estas questões conduzem a novas linhas de trabalho, dentro da presente área de estudos. A conjuntura local, regional, nacional e até internacional torna impossível prever qual será o futuro da ED nos mais variados contextos e exige uma reflexão sistemática. Este trabalho é um contributo nesse sentido.

Referências

- CIDAC. (2006). *Uma visão da história da educação para o desenvolvimento em Portugal*. Disponível em <http://www.cidac.pt/files/3913/8512/4738/>
- CIDAC. (2005). ED? O que é isso? A educação para o desenvolvimento. Em CIDAC (Ed.), *Introdução à educação para o desenvolvimento* (pp. 15-26). Lisboa: Edição IMVF.
- Dellors, J. (1996). *Educação: Um tesouro a descobrir*. Porto: Edições Asa.
- Eriksen, T. H. (2010). Globalization. Em H. Keith (Ed.), *The human economy. A citizen's guide* (pp. 56-87). Cambridge: Polity Press
- GENE. (2014). *Global education in Portugal. The european global education peer review process*. Amsterdam: Global Education Network Europe.
- Krause, J. (2010). *European development education monitoring report. Bruxelas: DEEEP*. Disponível em <http://nscglobaleducation.org/>
- Mesa, M. (2011). Reflexiones sobre el modelo de las cinco generaciones de educación para el desarrollo. *Educación Global Research, Online, 1*, 161-167.
- UNESCO. (2014). *Global citizenship education: Preparing learners for the challenges of the 21st century*. París: UNESCO.

Breve Cv dos autores

Beatriz Sardinha Braga

Mestre em Estudos de Desenvolvimento, com especialidade em Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Licenciada em História Moderna e Contemporânea. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9771-635X>. Email: beatrizsardinhabraga@gmail.com

Maria Antónia Barreto

Doutorada em Tecnologias da Educação. Licenciada em Ciências da Educação. É docente do Instituto Politécnico de Leiria e investigadora do CEI-IUL. Tem colaborado em projetos no âmbito da educação e desenvolvimento nos PALOP. Em São Tomé e Príncipe tem vindo a coordenar por parte do IPL a vertente da formação de diretores e supervisores escolares no âmbito do projeto ESCOLA (reforma do ensino secundário), implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flor, em parceria com o IPAD. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5467-8595>. Email: antonia@ipleiria.pt